

ANÁLISE DO DISCURSO E SEMÂNTICA ENUNCIATIVA: UMA PROPOSTA NO ENLACE TEÓRICO

André Luiz Gaspari Madureira*

RESUMO: *Este trabalho objetiva apresentar uma parte dos resultados da pesquisa em andamento acerca do imbricamento teórico estabelecido entre a Análise do Discurso de linha francesa e a Semântica Enunciativa. Para tanto, algumas questões referentes à contradição teórica serão discutidas, enfocando elementos como o discurso, o sujeito e a linguagem em ambas as teorias, bem como a forma com a qual se torna possível administrar tais contradições e estabelecer o referente entremeio. Além disso, após a apresentação dessa proposta, um texto fabular será analisado tomando como base o aludido encontro de aportes teóricos.*

Palavras-chave: Análise do discurso; Semântica enunciativa; Polifonia; Sujeito; Linguagem

INTRODUÇÃO

No momento em que se debruça um olhar panorâmico sobre a Linguística, vê-se como a linguagem, em suas diversas manifestações, ganha um tratamento peculiar, diferenciado, tratamento este que visa dar conta de certas características, operando, dessa forma, sob várias nuances. É por pensar na amplitude das perspectivas acerca da linguagem, e que cada forma de analisá-la se pautará em determinadas características – o que imprime um caráter teórico-metodológico heterogêneo –, que este trabalho se propõe a operar no entremeio teórico. Para tanto, dois campos de análise da linguagem e do discurso serão tomados como base dessa proposta de imbricamento teórico: a Análise do Discurso de linha francesa e a Semântica Enunciativa. Como recorte para os referentes campos de conhecimento, serão analisados alguns pontos presentes nas Condições de Produção e na Polifonia ducrotiana.

Como a proposta do referente enlace entre essas teorias objetiva o aprimoramento teórico tendo em vista sua aplicabilidade, não se deve deixar de apresentar, ainda que de forma breve, o modo segundo o qual a análise pautada nesse imbricamento pode se efetivar. Nesse sentido, para compor este trabalho foi escolhido como *corpus* a fábula milloriana intitulada “O caracol e a pitanga”, presente na obra *Fábulas fabulosas*, publicada em 1963. Essa escolha se deu vez que, nesse momento, a sociedade brasileira vive inúmeros conflitos em um período de intenso rebuliço social. Como figura ativa na representação de seus pensamentos político-ideológicos, Millôr Fernandes por vezes sofre perseguição política, sendo em várias ocasiões censurado. Porém, através de seus trabalhos freqüentemente procura “driblar” a censura, não se permitindo calar diante dos acontecimentos sociais.

Ao não permitir que suas convicções passem nessa época a ficar ausentes do conhecimento social brasileiro, clarifica-se mais uma de suas características salientada por ele próprio: a de ser livre. Em relação a essa peculiaridade que apresenta, Fernandes ((In:

* Graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), Prof. Especialista, Mestre e Doutorando em Letras e Linguística pela Faculdade de Letras, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: almadureira@ig.com.br – Autor.

FERNANDES e RANGEL, 2006, p.13) ratifica: “Não tenho procurado outra coisa na vida senão ser livre. Livre das pressões terríveis da vida econômica, livre das pressões terríveis dos conflitos humanos, livre para o exercício total da vida física e mental, livre das idéias feitas e mastigadas”. A idéia de liberdade da qual comunga propicia que suas fábulas sejam vistas como possibilidade de transgressão aos modelos, às “idéias feitas e mastigadas”, desconstruindo o paradigma canônico e estabelecendo em seus textos uma paródia satírica mediante a composição de uma narrativa permeada de ironia e crítica social, o que torna instigante e desafiadora a referida proposta de aplicação teórica que se segue.

DESENVOLVIMENTO

No instante em que se busca operar uma análise nos domínios do entremeio teórico da Análise do Discurso e da Semântica Enunciativa, tomando como recorte respectivamente alguns elementos das condições de produção e da polifonia enunciativa, torna-se fundamental situar a maneira pela qual se constitui esse elo. A razão de tal necessidade se encontra nas diferenças provenientes do desenvolvimento teórico e de concepções terminológicas distintas. O modo em que se dá a utilização de termos dos referidos quadros teóricos, bem como a adaptação das (e entre as) teorias é determinante para desfazer dissidências e, conseqüentemente, equívocos no que tange sua aplicação no *corpus* de análise.

Ao romper com os estudos histórico-comparativistas do século XIX e se debruçar sobre os estudos sincrônicos tendo em vista a língua (*langue*) em sua imanência, Saussure (2003) apresenta uma outra maneira de se trabalhar a linguagem, o que evidencia tanto a propriedade da visão sincrônica, quanto a importância dos elementos extralingüísticos. Isso porque, se de um lado Saussure se destaca por apresentar um arcabouço teórico que surpreende ao analisar a língua mediante critérios objetivos, imprimindo a cientificidade na lingüística, de outro ratifica, por meio desse mesmo comportamento (o de imprimir uma mudança significativa no olhar que até então se tinha acerca da linguagem), a importância do estudo diacrônico, presente durante muito tempo na análise da linguagem. O valor que transcende a imanência lingüística, em um movimento que pode parecer contraditório, se destaca no silenciamento saussureano (o qual se torna ensurdecador em muitas abordagens) e se solidifica pela retomada, em estudos sobre a linguagem, de elementos existentes na exterioridade lingüística devido à possibilidade de preencher certas lacunas presentes na análise estruturalista.

É justamente nessa “brecha” deixada por Saussure que Pêcheux (1995) vai lançar seu olhar, no entanto sob uma ótica diferente da que se tinha. A proposta da AD atende à necessidade de ir além da análise puramente lingüística. Para tanto, torna-se imprescindível mobilizar outros campos das ciências humanas para contemplar, diante da referida expectativa, o quadro teórico passível de abarcar algumas questões das quais se distanciou a lingüística estruturalista. Uma delas gira em torno da questão do sujeito. Situada à margem dos interesses estruturalistas, ganha uma atenção especial nos estudos do discurso. Na disposição de adequar à Análise do Discurso uma concepção de sujeito que se aproxime da proposta que vem sendo construída, estabelece-se um afastamento da noção de sujeito empírico, o qual dá lugar a um outro cuja característica é a de ser afetado pela ideologia: o sujeito-forma. Ao trilhar esse caminho, o sujeito passa a ser visto à luz da psicanálise, como sujeito do inconsciente, diferente do empírico; e na perspectiva do materialismo histórico, como assujeitado. Dessa forma, o sujeito surge como cindido, disperso.

Assim, ao tratar do sujeito, tem-se não a relação entre indivíduos, e sim a noção de sujeito como **lugares sociais**. Este, por sua vez, se constitui (e junto a ele, o sentido) mediante a interpelação. A ideologia, dessa forma, interpela os indivíduos em sujeitos, em uma relação contraditória, vez que “é sempre-já sujeito” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p.156).

Em discrepância à Bakhtin (1988), que, segundo ele, a palavra tem caráter de fenômeno ideológico, a partir da qual se podem depreender seus sentidos, Pêcheux ([1975] 1995 p.160) compreende que em uma palavra, em um termo, não há sentido “por si mesmo” sem que esteja determinado pelas condições sociais e históricas, mudando de sentido de acordo com posições sustentadas, adquirindo “sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais estas posições se inscrevem”.

Como forma de evidenciar essa relação entre ideologia e discurso, Pêcheux & Fuchs ([1975] 1997, p. 166 – 167) salientam:

“(...) as formações ideológicas (...) ‘comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura’, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes”.

Diante disso, é possível compreender que a formação discursiva é derivada de condições de produção e se posiciona como um componente de uma determinada formação ideológica. Os indivíduos passam a ser interpelados ideologicamente em sujeitos e, a partir da intervenção de formações discursivas, têm, enquanto lugares sociais, determinações do que pode e deve ser dito. Nesse sentido, uma palavra pode mudar de sentido no momento em que passa de uma formação discursiva para outra. Seguindo essa linha, torna-se coerente que expressões diferentes possam, no interior de uma formação discursiva, ter o mesmo sentido. Isso se dá a partir do **processo discursivo**, o qual se caracteriza por “designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX [1975] 1995, p.161). É nesse contexto que está compreendida a ideologia, junto às formações e transformações sociais, agindo no domínio do materialismo histórico, caracterizando-se como parte articulatória dos fundamentos da Análise do Discurso.

Já na Semântica Enunciativa, Ducrot, ([1984] 1987), ao contestar a teoria da unicidade do sujeito mediante sua teoria polifônica da linguagem, se volta para a enunciação, tomando-a por um acontecimento histórico do enunciado. Contudo, esse acontecimento histórico limita-se ao presente, ao momento da enunciação, deixando a historicidade à margem do enunciado. Quanto a essa questão, Silva (2002, p.14) ratifica:

(...) a noção de historicidade, na teoria de Ducrot, restringe-se ao presente, ou seja, as determinações históricas não importam, já que a enunciação é considerada como um acontecimento que se constitui pelo aparecimento histórico do enunciado. A enunciação é uma aparição momentânea. A cada enunciação, nesse autor, temos um novo enunciado.

O sujeito, na visão de Ducrot, é o do discurso. Nesse sentido, o enunciado surge como um fragmento do discurso. Esse sujeito ducrotiano se dividirá em duas instâncias discursivas: os locutores (L) e os enunciadore (E), e será tomado como ficção discursiva. O locutor deve, pois,

ser considerado um ser do discurso, e não um indivíduo, um sujeito empírico, produtor efetivo da fala.

Diante desse deslocamento da noção de sujeito, no discurso relatado direto, por sua vez, se estabelece um enunciado que não pode ter apenas um locutor, enquanto ficção discursiva. Em **João me disse: eu virei**, há um locutor responsável pelo enunciado em sua totalidade. No entanto, uma parte desse enunciado (eu virei) é atribuída a um outro locutor. O discurso direto, ao contrário do que muito se diz, não deve ser visto, diante da referida concepção, como uma representação literal do discurso original. A esse respeito, Ducrot ([1984] 1987, p. 187) salienta: “o estilo direto implica fazer falar um outro, atribuir-lhe a responsabilidade das falas, isto não implica que sua verdade tenha uma correspondência literal, termo a termo”. O enunciado citado anteriormente como exemplo evidencia em si duas marcas de primeira pessoa, relacionando-as a locutores distintos.

Há, ainda, uma distinção interna acerca da concepção do locutor, que pode se apresentar “enquanto tal”, cuja abreviação é “L”, e o locutor enquanto “ser do mundo”, ou “ λ ”. O locutor λ é, portanto, o ponto de partida, a origem do enunciado. Apresenta-se como um ser que é sempre designado pela 1ª pessoa, pelo pronome “eu”. Assim, o locutor λ adquire uma condição de pessoa “completa”, que não deve se confundir com o sujeito empírico, vez que se firma no nível do enunciado, diferentemente da posição externa em que se encontra o sujeito falante. Por sua vez, o locutor λ surge como a origem do enunciado, já que, como “ser do mundo”, apropria-se da possibilidade de serem imputadas a si características psicológicas e sensitivas, as quais são exprimidas pelo enunciado mediante o locutor L, responsável pela enunciação, pelo acontecimento histórico, pela configuração efetiva que possibilita a ocorrência enunciativa.

Dessa forma, pode-se dizer que há enunciados nos quais as sensações não são inscritas, só podendo ser sentidas por um locutor enquanto “ser do mundo”, ou locutor λ . Isso se dá porque é só como “ser do mundo” que o locutor λ pode expressar suas alegrias ou tristezas. No caso de interjeições, o sentimento encontra-se inscrito na enunciação, notório na fala. A interjeição marca a fala que pode se apresentar como triste ou alegre, ao contrário de possíveis enunciados declarativos que podem não ter marcados na fala os sentimentos, não estando, portanto, passíveis de ser notados na fala. Nesse sentido, os sentimentos que se estabelecem exteriores à enunciação referem-se ao locutor λ , já os marcados pelas interjeições, coloridos na fala, são atribuídos ao locutor L, vez que, segundo Ducrot ([1984] 1987, p. 188) “uma interjeição apresenta como motivada pelo sentimento que expressa. Isso implica que este sentimento é apresentado não somente por meio, mas através da enunciação de que é a origem pretendida”. Diante disso, pode-se tomar o sentimento expresso por uma interjeição, por estar inscrito na enunciação, voltada para o sujeito a que se destina responsabilidade por tal enunciação, ao locutor L.

Como “ser do mundo”, ao locutor λ , por ser a origem do enunciado, marcado pelo pronome “eu”, estando vinculado a esse enunciado, para que se dê sua ocorrência, faz-se necessário haver um acontecimento histórico, necessitando, assim, de um sujeito que tenha responsabilidade por tal ocorrência. Na medida em que o referido quadro se efetiva em um único enunciado, o sujeito apresenta-se cindido em duas instâncias lingüísticas: o locutor L e o locutor λ . Este por ser a origem do enunciado e aquele por ser responsável pelas condições de sua existência enunciativa. O que se vê, portanto, é a primeira forma de polifonia que Ducrot destaca como “dupla enunciação”, na qual aparecem dois locutores distintos em um mesmo enunciado.

No intuito de salientar a existência de um segundo tipo de polifonia, que lhe é mais constante, o autor destaca a possibilidade de, no enunciado, se sobrepuserem outras vozes, que não as do locutor. A estas não seriam atribuídas, a despeito daquelas dos locutores, “palavras precisas”, e sim, um ponto de vista, uma perspectiva enunciativa. Essas vozes, pois, caracterizam-se como sujeitos intitulado enunciadores. Eles, por sua vez, apresentam perspectivas enunciativas que podem ou não ser assimiladas ao locutor. Diante dessa questão, se forem tomados, por exemplo, o enunciado constituído pela conjunção **mas**, do qual já foi tratado anteriormente, poder-se-á perceber que uma perspectiva, marcada como Enunciador 1 (E_1), é rejeitada pelo locutor. A outra perspectiva, Enunciador 2 (E_2), ao contrário, assimila-se ao locutor, vez que as duas estabelecem, entre si, a partir da presença da conjunção *mas*, uma relação de oposição. Dessa forma, apresentam-se dois pontos de vista distintos, opostos, que se estabelecem como uma segunda forma de polifonia.

No ponto de abordagem referente a locutor e enunciador, surge a possibilidade de ocorrência tal qual o locutor não se assimile ao enunciador. Essa circunstância ocorre no momento em que o papel dos referidos sujeitos é colocado, de modo geral, no plano da ironia. Ao se tomar um enunciado irônico, pode-se ter um locutor, responsável pela apresentação enunciativa, o qual expressa a posição de um enunciador, mas que a este não é assimilado, vez que considera a referida perspectiva como absurda. Uma das características da ironia na teoria polifônica da enunciação é que não se deve buscar um outro enunciador, diferente do marcado pela perspectiva absurda, o qual apresentaria, por sua vez, uma posição razoável. No caso da ironia, o locutor não deve assumir nenhuma das perspectivas apresentadas no enunciado. A posição absurda é refutada diretamente pelo locutor, sem apresentar um ponto de vista concorrente. A própria escolha das palavras já evidencia a repugnância do locutor pela perspectiva enunciativa que por ele é apresentada.

Inversamente ao enunciado irônico, no negativo o locutor assume uma das posições presentes no enunciado. Há, no caso da negação, duas atitudes antagônicas, sendo que uma se apresenta como positiva, representada normalmente por E_1 , e a segunda, negativa, marcada por E_2 , à qual o locutor não raro pode ser assimilado. Nesse caso, diferente da ironia, o locutor se assimila a uma das perspectivas enunciativas. Nesse caso, o enunciado positivo não é recusado diretamente pelo locutor, mas por um enunciador apresentado pelo locutor e que, na maioria dos casos, surge como perspectiva que a ele se vincula.

Além disso, os estudos ducrotianos não levam em consideração o posicionamento ideológico. Os sujeitos, em Ducrot, se presentificam sob a figura de personagens, os locutores e os enunciadores. O locutor L, que é o responsável pela enunciação, distingue-se do locutor λ , considerado como ser do mundo, origem do enunciado. Já os enunciadores revelam-se como perspectivas, pontos de vista. A historicidade e a ideologia não são levadas em consideração no posicionamento dos sujeitos. A marcação, assim, é motivada pela enunciação, pelo momento em que ocorre, e é aplicada no enunciado como categoria lingüística.

O ENLACE TEÓRICO

A partir do momento em que se é proposto desenvolver uma análise mediante o arcabouço teórico das condições de produção, a significação não se torna restrita ao enunciado, ao momento da enunciação. Dá-se, nesse contexto, a análise lingüística em sua relação com a exterioridade, a qual mobiliza questões relativas à historicidade, à ideologia, mas não como

simples acréscimo de dados históricos, e sim a tendo como constitutiva, numa “relação orgânica e não meramente adjetiva” (ORLANDI, 1993, p.18).

Além disso, a constituição do sujeito não se dá como ficção discursiva restrita ao contexto enunciativo, mas inscrita nas condições de produção, sendo constitutivo do discurso e se estabelecendo como lugar social. Nesse sentido, o sujeito é interpelado ideologicamente, o que explica a condição de assujeitamento com a qual se identifica.

Ao se propor um entremeio teórico entre a polifonia e as condições de produção, a profusão de “vozes” se torna presente como elemento discursivo, e não mais meramente enunciativo. Resgata-se, pois, a questão da historicidade, a qual se configura sob a forma das condições sócio-históricas em que o discurso se desenvolve. A análise, diante desse diálogo teórico, se dá não mais restrita ao enunciado. Além disso, os posicionamentos ideológicos vinculados ao lugar social passam a figurar nesse contexto.

Assim, o que também se torna parte dessa relação teórica é a conjugação das marcas de polifonia ao discurso, tomando-se os sujeitos como lugares sociais, e não apenas como categorias lingüísticas vinculadas estritamente ao enunciado. Os enunciadores, que são os pontos de vista, as perspectivas, apresentam-se nesse entremeio com a propriedade de evidenciar o(s) efeito(s) de sentido, as perspectivas discursivas, vez que se estabelecem, no referido contexto teórico, como elementos cujos meios operacionais se dão no ambiente discursivo. Por esse motivo, os enunciadores tornam-se passíveis de ocorrer a partir do momento em que se possa caracterizar um determinado efeito de sentido, um dado ponto de vista, uma certa perspectiva discursiva.

UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

O caracol e a pitanga

Há dois dias o caracol galgava lentamente o tronco da pitangueira, subindo e parando, parando e subindo. Quarenta e oito horas de esforço tranqüilo, de caminhar quase filosófico. De repente, enquanto ele fazia mais um movimento para avançar, desceu pelo tronco, apressadamente, no seu passo fustigado e ágil, uma formiga maluca, dessas que vão e vêm mais rápidas que coelho de desenho animado. Parou um instantinho, olhou zombeteira o caracol e disse: “Volta, volta, velho! Que é que você vai fazer lá em cima? Não é tempo de pitanga.” “Vou indo, vou indo” – respondeu calmamente o caracol. – “Quando eu chegar lá em cima vai ser tempo de pitanga.”

MORAL: NO BRASIL NÃO HÁ PRESSA!

Na fábula “O caracol e a pitanga”, a narrativa que se efetua insere na estrutura típica da referida composição leva a constatar a configuração de um locutor L que se coloca na perspectiva enunciativa de E₀, comungando de uma posição genérica. No primeiro período, evidencia-se o local onde se passa a história: em uma pitangueira. Além disso, o que chama a atenção nesse período é a morosidade do caracol, evidenciada pelo modalizador “lentamente”, e salientada a partir do jogo de palavras na construção “subindo e parando, parando e subindo”. A repetição dos verbos **subir** e **parar** no gerúndio destaca um processo contínuo e ininterrupto, indicando tanto a monotonia imprimida pela atividade fastidiosa, quanto a vagareza, desde antes destacada pelo modalizador “lentamente”. A morosidade ainda é reiterada neste trecho:

“Quarenta e oito horas de esforço tranqüilo, de caminhar quase filosófico”, também de responsabilidade de L.

Ao tomar o contexto sócio-histórico da sociedade brasileira da época, vê-se que a distância entre a realidade social e as leis provoca, mediante a dominação política, a lentidão no desenvolvimento nacional em diversos campos. A consequência provocada pela referida distância também se explica pelo regime político presente na história do Brasil, o qual propicia a presença do Estado se sobrepondo às leis que determinam os direitos e deveres da população. Diante disso, Rezende (1994, p.43-44) salienta:

Se retomarmos um pouco o Estado Novo e a Constituição de 1937, verificaremos que não basta apenas ater-nos ao texto da lei, como se isso consagrasse, na prática, um projeto democrático-burguês da classe dominante brasileira. O artigo 120 dessa constituição “garante aos brasileiros e estrangeiros residentes no país” as mais autênticas liberdades democráticas – liberdade religiosa e de associação, direito de representação etc. –, quando sabemos que o regime político que se estabeleceu nesse período justificou a presença sufocante do Estado.

Dessa forma, o cerceamento de direitos dificulta o desenvolvimento social em uma sociedade que tende a se modernizar e a passar pelo processo de industrialização. Nesse sentido, ao analisar a década de 50 pode-se entender os passos do Brasil no processo de desenvolvimento. Isso porque a década de 50 “prenuncia as mudanças de comportamento e valores que irão marcar os anos 60” (cf. RODRIGUES, 1994, p.13). Várias mudanças ocorrem nesse período, impulsionadas por conquistas e reivindicações de direitos, como, por exemplo, a participação da mulher na sociedade, fato que marca a modificação principalmente nas relações familiares. Diante de tal questão, a qual salienta a mudança de comportamento social, Rezende (1994, p.13) reitera: “A crescente participação da mulher nas várias atividades e a sua emancipação sexual – possível depois da invenção da pílula anticoncepcional, em 1954 – influíram nas relações familiares, criando novos parâmetros para seu estabelecimento”.

Os passos do caracol marcam um período tido como o mais promissor na sociedade brasileira: 1958. Relatando fatos históricos da referida época, SANTOS (1998, p.13-14) revela, muitas vezes de forma literária, a atmosfera positiva que irradiava aquele momento, principalmente aos olhos de Millôr Fernandes, e em um trecho retrata esse sentimento da seguinte maneira:

Não é um daqueles casos típicos da nostalgia de Millôr Fernandes, aquela em que se quer voltar saudoso para um lugar que nunca existiu. 1958, por toda a sua delicadeza em administrar a passagem sem traumas de um país para outro, existiu de fato – e o próprio Millôr está aqui para lhe tornar públicas as glórias. Primeiro com suas próprias pérolas aos porcos no Emmanuel Vão Gogo de *O Cruzeiro* (“Enquanto este bonde não chegar ao fim da linha eu não desmonto do elefante”); depois pelas raquetadas em dupla com o irmão Hélio, fundando o frescobol nas praias do Rio. Foi um ano em que o Brasil olhou no olho do Brasil e, ao contrário das outras vezes, não fingiu, envergonhado, que nunca o tinha visto mais magro. O corpo era o mesmo, cheio de problemas de saúde (...). Mas, pela primeira vez, vestíamos uma camisa de náilon.

No fragmento “De repente, enquanto ele fazia mais um movimento para avançar, desceu pelo tronco, apressadamente, no seu passo fustigado e ágil, uma formiga maluca, dessas que vão e vêm mais rápidas que coelho de desenho animado. Parou um instantinho, olhou zombeteira o caracol e disse”, mobilizado por L, ao contrário da lentidão imprimida pelo caracol, verifica-se a velocidade da “formiga maluca”, acentuada pelo modalizador “apressadamente” e reiterada pelo fragmento “dessas que vão e vêm mais rápidas que coelho de desenho animado”.

Ao dizer “Volta, volta, velho! Que é que você vai fazer lá em cima? Não é tempo de pitanga”, a formiga trata o caracol como “velho”, remetendo à sua vagareza. Nesse momento instaura-se o L₁, responsável pelo enunciado em questão. Como a formiga imprime um ritmo acelerado, é possível pensar o vigor da juventude, o que remete a uma postura ativa diante da situação em que estão. Os dois na pitangueira, no mesmo local, sob as mesmas condições, imprimem um ritmo diferente. Em relação ao referido contexto, instaura-se como um dos efeitos de sentido a relação existente entre o Brasil e os Estados Unidos. Ambos países colonizados, o Brasil por Portugal e os Estados Unidos pela Inglaterra, com destinos diferentes. Ao tomar o caracol como “velho”, é possível relacioná-lo ao Brasil. Isso porque, como salienta Agostini (1997, p.22), “a primeira colônia inglesa só foi estabelecida em 1607, na Virgínia, 115 anos depois da descoberta do novo continente e 75 anos após a fundação da primeira vila brasileira, São Vicente, em 1532”. Os Estados Unidos, diferente do Brasil, se tornaram uma grande potência desenvolvida, financeiramente autônoma.

No enunciado “Vou indo, vou indo”, dá-se a divisão do locutor em duas instâncias lingüísticas: o locutor L₂ e o λ, configurando-se, assim, a polifonia no nível do locutor. Tal divisão se fundamenta pela presença da 1ª pessoa (“eu” elíptico), a qual mobiliza o “ser do mundo”. O enunciado aponta o processo em andamento, mais uma vez mediante o gerúndio. A lentidão do caracol é ratificada pelo enunciado mobilizado por L, em “respondeu calmamente o caracol”, que se evidencia pela colocação do modalizador “calmamente”.

Na seqüência da fábula, mais uma vez ocorre a polifonia do locutor com a presença das instâncias lingüísticas L₂ e o λ, no enunciado “Quando eu chegar lá em cima vai ser tempo de pitanga”, marcada pela presença do pronome “eu” de 1ª pessoa. A morosidade do caracol como uma figurativização da condição social brasileira é explicitada na moral, segundo a qual “No Brasil não há pressa!”, de responsabilidade de L.

Torna-se evidente, dessa forma, a presença das condições de possibilidades que marcam a produção da aludida fábula. O contexto social e histórico da metade do século XX se relaciona à figurativização da fábula, propiciando a compreensão de seus efeitos de sentido na medida em que há possibilidade de se ter mais de uma leitura do texto. Assim, a polifonia também se faz presente nessa produção e, aliada à Análise do Discurso, propicia o processo de pontuação dos efeitos de sentido, auxiliando na análise efetuada.

CONCLUSÃO

Ao definir o procedimento adotado para a aplicação dos elementos teóricos na proposta do entremeio, pôde-se observar a manipulação das teorias pelo distanciamento, ainda que aparente, das contradições existentes pela presença, no cerne dos referidos arcabouços, de conceituações distintas, de visões que não se propõem estritamente niveladas. Apesar de tal distanciamento aparente, deve-se ter a noção de que, em meio às relações de força

presentificadas na proposta do entremeio, as relações contraditórias ainda assim se constituem nesse terreno da coexistência, nesse plano da simultaneidade.

Nesse sentido, em meio às relações de força estabelecidas no ambiente teórico mediante ações contraditórias, este trabalho também se ocupou em descrever as bases da aplicação teórica na proposta do entremeio. A importância de tal procedimento tornou-se evidente por se constatar a necessidade de estabelecer uma adequação que propiciasse a aplicação teórica. Assim, possibilitou-se trabalhar com elementos teóricos distintos ao estabelecer, na base da ação contraditória, parâmetros de adequação para a aplicação do entremeio.

Com a polifonia enunciativa evidenciaram-se as perspectivas mobilizadas pelo discurso da fábula, ao mesmo tempo em que se pontuava, mediante as figuras de locutores e enunciadores, o contexto sócio-histórico, bem como os movimentos filosóficos que se fizeram presentes na época de publicação do *corpus*. Por esse viés, pôde-se constatar a presença, nos referidos discursos, dos movimentos sociais e históricos como constituintes das condições de possibilidade discursiva. Também se fez notória a presença da polifonia enunciativa que rechaça a idéia de um locutor único na perspectiva do enunciado, confirmando a concepção ducrotiana do processo polifônico numa ação de entremeio.

Nesse sentido, os resultados obtidos apresentam um balanço da presente pesquisa e levam à reflexão sobre a referida abordagem acerca da linguagem, que traz consigo a possibilidade do imbricamento teórico como forma tanto de expandir a análise acerca de elementos lingüísticos, como de auxiliar na aplicação teórica. Tal reflexão também se revela como necessária para direcionar às pesquisas futuras as necessidades de preenchimentos de lacunas, sempre presentes na abrangência dos campos de estudo em que a língua, escapando à sua imanência, se mistura à complexidade existente nas relações estruturais de uma formação social.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, João Carlos. *Brasileiro, sim senhor*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1988 [1929].

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução: Ingedore G. V. Koch et al. Campinas: Pontes / EDUNICAMP, 1987.

FERNANDES, Millôr. *Fábulas fabulosas*. 15. ed. Rio de Janeiro: Nordica, [1963] 1999.

FERNANDES, M. & RANGEL, F. *Liberdade, liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M & FUCHS C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F & HAK T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*:

uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethania S. Mariani... [et al.] 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

REZENDE, Antonio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 1994.

RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. 2.ed. São Paulo:Ática, 1994.

SANTOS, Joaquim Ferreira. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

SILVA, Maria da Conceição Fonseca. Polifonia, nome de autor e questão de autoria. *Revista Iberoamericana Discurso y Sociedad*. Gedisa: Barcelona, v.4. n.2, 2002.